



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DIENIFFER GOMES FLORÊNCIO BARBOSA**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE GOIÂNIA-  
GOIÁS: tendências do conhecimento nas produções acadêmicas  
no período de 2016 a 2022**

**GOIÂNIA  
2023**

**DIENIFFER GOMES FLORÊNCIO BARBOSA**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE GOIÂNIA-  
GOIÁS: tendências do conhecimento nas produções acadêmicas  
no período de 2016 a 2022**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Conceição Sarmiento Padial Machado

**GOIÂNIA  
2023**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

DIENIFFER GOMES FLORÊNCIO BARBOSA

## **POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE GOIÂNIA- GOIÁS: tendências do conhecimento nas produções acadêmicas no período de 2016 a 2022**

Aprovado em junho de 2023.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Conceição Sarmiento Padial  
Presidente / PUC Goiás

---

Prof.<sup>a</sup> Ma. Marly Machado Bento  
Serviço Social / PUC Goiás

---

Prof.<sup>o</sup> Dra. Sandra de Faria  
Serviço Social / PUC Goiás

Dedico este trabalho às pessoas cujas vidas são marcadas por adversidades e desafios diários por se encontrarem em situação de rua. Que este estudo possa contribuir para a divulgação do conhecimento e enfrentamento às violações de direitos e violência enfrentadas por essa população. Também dedico a todos os pesquisadores e pesquisadoras engajados na produção de conhecimento sobre essa temática.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus por me proporcionar forças para seguir nesta árdua caminhada.

À minha mãe, Maria Gomes, e à minha avó Benedita Gomes, base de todo o meu ser e fonte inesgotável de amor e apoio.

Ao meu esposo, Suelismar Mariano, companheiro em todas as horas.

À minha família, que sempre me incentivou e esteve ao meu lado durante toda essa jornada.

Às minhas professoras do curso de Serviço Social da PUC Goiás, minha profunda admiração e gratidão pelo conhecimento transmitido e pela dedicação em minha formação.

À minha orientadora Maria Conceição Sarmento Padial Machado, que não mediu esforços para me guiar e auxiliar na concretização deste trabalho. E, às professoras que participaram da Banca Examinadora, Sandra de Faria e Marly Machado Bento pela generosidade em ler e contribuir com este trabalho.

E às minhas colegas de turma, Amanda Rodrigues, Beatriz Nunes e Mariana Almerita por todo o apoio e compartilhamento de experiências ao longo desses anos de estudo.

*“Contra céu azul e cheiro de mato verde Deus regia o planeta. Estava muito surpresa com a perfeita mecânica do mundo e muitíssimo agradecida por estar vivendo. Foi quando teve o pensamento de que tudo que nasce deve mesmo nascer sem empecilho, mesmo que os nascituros formem hordas e hordas de miseráveis e os governos não saibam mais o que fazer com os sem-teto, os sem-terra, os sem-dentes e as igrejas todas reunidas em concílio esgotem suas teologias sobre caridade discernida e não tenhamos mais tempo de atender à porta a multidão de pedintes. Ainda assim, a vida é maior, o direito de nascer e morar num caixote à beira da estrada. Porque um dia, e pode ser um único dia em sua vida, um deserdado daqueles sai de seu buraco à noite e se maravilha. Chama seu compadre de infortúnio: vem cá, homem, repara se já viu o céu mais estrelado e mais bonito que este! Para isto vale nascer.”*

*Adélia Prado*

## RESUMO

Esta monografia é fruto da investigação cujo objeto de estudo recaiu sobre as tendências nas produções acadêmicas sobre a realidade das pessoas em situação de rua em Goiânia, produzidas no período de 2016 a 2022, com foco na categoria violência. O interesse pela pesquisa ocorreu a partir da experiência em estágio supervisionado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) localizado no setor Leste Universitário em Goiânia, Goiás. Os objetivos gerais norteadores da pesquisa foi investigar as produções científicas sobre o tema e apreender as tendências das análises sobre o modo como a situação de rua se configura como uma forma de violência permanente, afetando o acesso das pessoas às condições básicas de sobrevivência. Os objetivos específicos foram identificar a situação de rua como uma forma de violência em si; apresentar a modalidade de pesquisa Estado da Arte e explorar sua abordagem no trabalho acadêmico-científico; expor as principais temáticas abordadas nas produções acadêmicas inventariadas durante a pesquisa. A pesquisa fundamentada na metodologia do Estado da Arte consistiu em um levantamento bibliográfico de produções acadêmicas, cadastradas em bases de dados virtuais e repositórios científicos e acadêmicos. A pesquisa contribui para o desenvolvimento da monografia como síntese do conhecimento e análise sobre o tema, que identificando lacunas e desafios orienta futuras investigações. A monografia é composta por introdução, dois capítulos, considerações finais e referências bibliográficas. São discutidos os aspectos gerais da violência e a situação de rua como violência, a realidade e indicadores sociais das pessoas em situação de rua no Brasil e em Goiânia, percurso e procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e síntese dos resultados da pesquisa com a realização de aproximações analíticas.

**Palavras-chave:** Pessoa em Situação de Rua. Violência. Pesquisa.

## **LISTA DE TABELAS, FIGURA E GRÁFICO**

Tabela 1 – Impedimentos de entrar em locais e realizar atividades pessoas em situação de rua

Tabela 2 – Produções por áreas de conhecimento

Figura 1 – Fluxograma do número de trabalhos encontrados, selecionados e identificados

Gráfico 1 – Tipos de Violência Institucional (2011-2014)



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CnaR</b>	Consultório na Rua
<b>CNDDH</b>	Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável
<b>CNPQ</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>COVID-19</b>	Coronavírus disease 2019
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>NECRIVI</b>	Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PDF</b>	Portable Document Format
<b>PUC Goiás</b>	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
<b>PSR</b>	Pessoas em Situação de Rua
<b>RMG</b>	Região Metropolitana de Goiânia
<b>SEAS</b>	Serviço Especializado em Abordagem Social
<b>SEDHS</b>	Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social
<b>SEMAS</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UEG</b>	Universidade Estadual de Goiás
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - A SITUAÇÃO DE RUA COMO UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA: um estudo para o Serviço Social</b> .....	<b>19</b>
<b>1.1 Aspectos gerais da violência</b> .....	<b>19</b>
1.1.1 A situação de rua como violência .....	21
<b>1.2 Realidade e indicadores sociais das pessoas em situação de rua no Brasil e em Goiânia</b> .....	<b>26</b>
<b>1.3 Breve contextualização sobre a situação de rua e o Serviço Social</b> .....	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO II - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE GOIÂNIA- GOIÁS: tendências do conhecimento nas produções acadêmicas no período de 2016 a 2022</b> .....	<b>36</b>
<b>2.1 Serviço Social e Estado da Arte: espaço de pesquisa e descoberta</b> .....	<b>37</b>
<b>2.2 Percurso e procedimentos metodológicos da pesquisa</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3 Síntese dos resultados da pesquisa: aproximações analíticas</b> .....	<b>44</b>
2.3.1 Artigos selecionados .....	45
2.3.2 Trabalhos de conclusão de curso .....	47
2.3.3 Dissertações de mestrado .....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema deste estudo monográfico surgiu durante o segundo período de estágio supervisionado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), no período de agosto de 2021 a dezembro de 2021, quando se realizou busca ativa por pessoas em situação de vulnerabilidade social. A pesquisa desenvolvida pela pesquisadora integra o Plano de Estudo “A violência estrutural a pessoa em situação de rua sob a perspectiva do Serviço Social” aprovado na seleção para o Programa de Iniciação Científica da PUC Goiás, na modalidade voluntário, vinculada ao projeto de pesquisa “O enfrentamento da violência e o protagonismo cidadão na região metropolitana de Goiânia, 2019-2021”, da professora orientadora Maria Conceição Sarmiento Padial Machado, para o período de setembro de 2021 a agosto de 2022. O estudo integra as produções do grupo de pesquisa "Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação, Estado e Movimentos Sociais", devidamente registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). A pesquisa e a monografia integram a linha de pesquisa de Teoria Social e Serviço Social do Curso de Graduação e Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás, que se dedica ao estudo e investigação das diversas concepções teóricas e filosóficas que permeiam o processo de compreensão da vida social e suas tendências no âmbito do Serviço Social.

Nesse contexto, a temática abordada na pesquisa acadêmica se articula com a problematização da violência enfrentada pelas pessoas em situação de rua. A identificação da situação de rua como uma expressão de violência tem como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, promulgada pela ONU. Essa concepção aborda as circunstâncias que podem prejudicar a dignidade humana, de acordo com os direitos previstos nos artigos do referido documento. Ao investigar essa situação, constatou-se que a população em situação de rua vivencia, constantemente, diversas formas de violência, que vão desde a falta de condições dignas de vida, o preconceito até a violência física.

Com o avanço do sistema capitalista ocorreram transformações profundas na sociedade, nas relações sociais e, especialmente, nas formas e meios de trabalho. A expropriação do trabalhador de seus meios de produção, privado de capital, levou-o a vender sua única "mercadoria" restante: sua força de trabalho. Assim, "esses

processos de expropriação tornaram os trabalhadores errantes, sem destino e sem condições mínimas de subsistência" (BOSCHETTI, 2018, p. 152). Isso mostra que a existência de pessoas em situação de rua não é algo recente, sendo agravada pelo avanço do capitalismo, da modernização e seus impactos no estilo de vida das diferentes classes sociais. Isso inclui também a precarização do trabalho e a intensificação das expressões da questão social. Essa condição contraria as disposições do artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o direito de toda pessoa ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego (ONU, 1948).

A pessoa em situação de rua enfrenta um cenário marcado pela dinâmica do capitalismo que resultam na culpabilização e naturalização da situação vivenciada por essa parcela da população, obscurecendo suas verdadeiras causas. Há tempos, as pessoas em situação de rua sofrem com o estigma, o preconceito e a invisibilidade social, o que acarreta exclusão, violação de direitos e marginalização. A negação sistemática de direitos básicos, como moradia adequada, trabalho digno e acesso a serviços essenciais, contribui para perpetuar a condição de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua. A falta de políticas públicas efetivas e a ausência de redes de apoio agravam ainda mais essa realidade. É fundamental reconhecer a inter-relação entre as questões estruturais e as desigualdades sociais enraizadas no sistema capitalista, que influenciam diretamente a condição de vida das pessoas em situação de rua.

No contexto da pesquisa foram amadurecidas as problematizações sobre essa realidade, indagando-se: diante de uma realidade perversa à qual está submersa a população em situação de rua que produções científicas foram realizadas sobre o tema nas instituições de ensino e pesquisa situadas em Goiânia, no período de 2016 a 2022? Entende-se que as produções científicas podem retratar a visibilidade científica e o compromisso de estudiosos em relação a esse tema e desempenham um papel fundamental na compreensão dos desafios enfrentados por esta população, permitindo a proposição de ações efetivas para promover sua inclusão social e garantir o pleno exercício de seus direitos. Além disso, as pesquisas podem contribuir significativamente para a formulação de políticas públicas mais adequadas e eficazes, bem como para o fortalecimento da atuação profissional de assistentes sociais e demais profissionais que lidam com essa realidade. Ao investigar as produções

científicas existentes, buscou-se obter uma visão abrangente e fundamentada sobre a temática.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar as produções científicas sobre o tema e apreender o modo como a situação de rua se configura como uma forma de violência permanente, afetando o acesso das pessoas às condições básicas de sobrevivência. Os objetivos gerais norteadores da pesquisa foi investigar as produções científicas sobre o tema e apreender as tendências das análises sobre o modo como a situação de rua se configura como uma forma de violência permanente, afetando o acesso das pessoas às condições básicas de sobrevivência.

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar a situação de rua como uma forma de violência em si e como uma expressão da questão social, destacando as violações de direitos enfrentadas por essa população; apresentar a modalidade de pesquisa Estado da Arte e explorar sua abordagem no meio acadêmico-científico, compreendendo seus conceitos, metodologias e contribuições para a análise do tema em questão e expor as principais temáticas abordadas nas produções acadêmicas selecionadas por essa pesquisa.

A metodologia da pesquisa é conhecida como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, que consiste em uma abordagem que se baseia em levantamento bibliográfico de produções acadêmico-científicas. A pesquisa segue uma abordagem quanti-qualitativa e utiliza como fonte de bases de dados virtuais, repositórios e bancos de teses e dissertações. Os critérios de seleção incluem o local de publicação (Goiânia), o período de publicação (2016 a 2022), o tipo de documento (teses, dissertações, artigos) e os assuntos relacionados, que foram identificados por meio de palavras-chave relevantes, tais como "população em situação de rua", "Goiânia" e "violência". Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida nos repositórios de produções científicas e suas bases de dados da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). A metodologia de pesquisa permitiu uma apreensão das produções acadêmicas sobre o tema que podem contribuir para a construção de um panorama sobre o interesse de estudo sobre a população em situação de rua em Goiânia.

A monografia está organizada em introdução, dois capítulos, considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro capítulo compreende uma reflexão sobre a condição da pessoa em situação de rua como uma forma de violência intrínseca e como uma consequência direta da estrutura social do capitalismo, histórica e atual. O

capítulo discute os aspectos gerais da violência enraizada na estrutura da sociedade, suas diferentes formas, apresenta a realidade e os indicadores sociais sobre essa população no Brasil e em Goiânia e realiza um breve contextualização sobre a situação de rua e o Serviço Social. Já o segundo capítulo, apresenta a metodologia de pesquisa denominada "Estado da Arte" ou "Estado do Conhecimento", ressaltando sua relevância na compreensão do tema estudado. São discutidos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo o levantamento bibliográfico e as fontes de dados selecionadas e por fim apresenta-se uma síntese dos resultados da pesquisa por meio de aproximações analíticas.

## **CAPÍTULO I - A SITUAÇÃO DE RUA COMO UMA EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA: um estudo para o Serviço Social**

Este capítulo aborda a categoria de análise violência e a condição da pessoa em situação de rua como uma forma de violência em si. É fundamental ressaltar que a situação de rua é uma consequência da estrutura social capitalista, histórica e atual e, portanto, sua erradicação demanda uma reorganização social mais abrangente. Neste contexto, a violência emerge como uma característica intrínseca da sociabilidade do capitalismo, que perpetua desigualdades sociais. Assim, a violência não deve ser apreendida apenas como um fenômeno individual, mas como um problema estrutural que se intensifica no contexto do modo de produção capitalista.

A população em situação de rua está constantemente exposta a diversos tipos de violência resultando em uma condição de extrema precariedade e exclusão social. Neste capítulo, são discutidos os aspectos gerais da violência enraizada na estrutura da sociedade, bem como suas diferentes manifestações. Além disso, são apresentados os diversos tipos de violência enfrentados pelas pessoas em situação de rua, complementados por dados estatísticos relevantes sobre essa população no Brasil e, especificamente, em Goiânia, Goiás.

Compreender a violência como um problema estrutural e analisar suas diversas manifestações na vida das pessoas em situação de rua é fundamental para promover uma reflexão crítica sobre a complexidade dessa realidade. Essa compreensão é de extrema importância para o trabalho do assistente social, cujo código de ética, estabelecido pela resolução CFESS N. 273, de 13 de março de 1993, estabelece princípios fundamentais como a defesa intransigente dos direitos humanos, a promoção da cidadania, a defesa da democracia, o posicionamento em favor da equidade e justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito e a opção por um projeto profissional que se vincula ao processo de construção de uma nova ordem societária (BRASIL, 2012).

### **1.1 Aspectos gerais da violência**

A violência é um fenômeno complexo que não se limita à relação de exploração entre classes sociais distintas, mas é inerente ao estabelecimento da propriedade privada. Como resultado, existem diversas manifestações de violência presentes na

sociedade que impedem o pleno desenvolvimento humano e limitam o exercício da cidadania. Negligenciar a violência, portanto, é negar a possibilidade de uma sociedade justa e igualitária. Essa compreensão é defendida por Lizardi (2003) e serve como ponto de partida para uma análise mais aprofundada das diferentes formas de violência presentes na sociedade capitalista.

De acordo com Marx (2013), a acumulação primitiva é o ponto de partida do modo de produção capitalista, e essa acumulação envolve a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Essa separação se reproduz em escalas maiores no capitalismo, transformando as formas de subsistência em capital e criando trabalhadores assalariados. Assim, a pobreza em grande escala tem sua origem nessa relação inversamente proporcional, onde alguns acumulam riquezas enquanto outros nada possuem. A propriedade privada, por sua vez, é envolta em violência, uma vez que a sua manutenção requer a exclusão e a coerção de outros indivíduos.

No contexto da industrialização do século XVIII, ocorreram mudanças sociais significativas, falta de moradia, saúde, higiene e emprego, assim como a falta de políticas públicas para atender as necessidades da população. Essas mudanças sociais resultaram da busca incessante de lucro e da aceleração da produtividade, o que fragilizou as relações sociais. Como resultado, surge a questão social, que de acordo com Netto (2012):

A expressão surgiu para dar conta do fenômeno mais evidente da história de uma Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: tratava-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação [...] Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2012, p. 203).

De acordo com Iamamoto (2014), a concepção da questão social é fundamentada na contradição capital e trabalho, que representa o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Considerada uma expressão da questão social, a violência no Brasil é uma característica presente na sociedade atual, cujas raízes remontam a um processo histórico marcado por antecedentes



coloniais em que a opressão, dominação e exploração do trabalho escravo de negros e indígenas foram práticas comuns. De acordo com Lara (1988), as práticas históricas deixaram profundas marcas na sociedade brasileira, resultando em desigualdades e exclusão social:

Contudo, a exploração colonial não foi única; imbricada nela houve ainda outra forma de exploração: aquela efetivada pelo senhor sobre o trabalho escravo. Este, o modo da produção das riquezas acumuladas na Metrópole, a base sobre a qual esteve fundada a exploração colonial. Neste sentido, [...] podemos afirmar que há, com efeito, dois níveis de apropriação no Sistema Colonial: a realizada pelo senhor no nível da produção escravista e da exploração do trabalho escravo, e a colonial propriamente dita, realizada pela Coroa, pelos negociantes e centros econômicos europeus (LARA, 1988, p. 32).

Durante o processo de colonização, diversos povos indígenas e africanos foram dizimados e escravizados através de atos violentos. Eles foram subjugados ao trabalho e à catequização forçada por séculos, sofrendo violência desumana na subtração de suas terras, culturas e identidades. As consequências dessa violência são inúmeras, como a redução, exploração, invasão e expropriação das reservas indígenas e a marginalização dos negros. Apesar da construção da violência como um fenômeno padrão e homogêneo que se manifesta pela relação de causa e efeito no exterior da sociedade, a violência possui inúmeras faces e formas “encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que se interligam, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem” (NETO; MOREIRA, 2006, p. 34).

### *1.1.1 A situação de rua como violência*

Nesta monografia, adota-se a concepção de violência como toda e qualquer situação que afete ou viole os Direitos Humanos da pessoa. É fundamental considerar o artigo 25, parágrafo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assegura a todas as pessoas o direito a um padrão de vida que inclui saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, serviços sociais indispensáveis, e segurança em casos de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou perda dos meios de subsistência fora de seu controle (ONU, 1948). A ausência desses direitos básicos e essenciais, como moradia, alimentação e saúde,

pode levar a pessoa ao sofrimento físico, psicológico e social, configurando uma situação de violência.

A presença de indivíduos em situação de rua não é algo recente, sendo que essa condição tem sido redimensionada ao longo da história pelo avanço do capitalismo e seus impactos sobre as diferentes classes sociais. Tal situação é intensificada pelo processo de precarização do trabalho e pelo desemprego, os quais também constituem expressões da questão social, fazem parte dessas expressões:

desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando amplos segmentos da sociedade em situação de marginalidade em relação aos bens materiais e espirituais coletivos (IAMAMOTO, 2007, p. 160).

Diante da ausência de alternativas, algumas pessoas – e às vezes famílias inteiras – se veem compelidas a sobreviver nas ruas. A sociedade capitalista é marcada por antagonismos que intensificam as desigualdades sociais, especialmente para parcelas significativas da população que vivem em situação de pobreza, como os indivíduos sem-teto. Esse grupo é afetado pelo processo de produção capitalista, que aliena o trabalhador do fruto de seu trabalho e apropria-se da riqueza socialmente produzida, gerando diversas consequências para essas pessoas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 52).

A pessoa em situação de rua encontra-se subjugada nesse cenário, no qual a dinâmica do capital reforça representações distorcidas em discursos hegemônicos a respeito dela. Esse fenômeno contribui para uma responsabilização individual da situação vivenciada por essa parcela da população, ofuscando sua real causa. Nesse sentido, a tensão entre a realidade vivida e “as representações sociais estabelece descompassos entre o ser e o aparecer” (IAMAMOTO, 2015, p. 129). Os conceitos e definições a respeito da população em situação de rua foram moldados por pensamentos preconceituosos e baseados em análises superficiais que não consideram a complexidade da realidade social dessas pessoas.

Dentre as formas de violência a que essas pessoas são submetidas, além da falta de acesso ao atendimento de suas necessidades básicas, ainda é possível identificar a naturalização dessa condição que ocorre com a legitimação de representações sociais pejorativas, o que contribui para a construção da invisibilidade e do descaso. A invisibilidade social é uma forma de violência que negligencia o

acesso aos direitos e serviços básicos necessários para a sobrevivência dessas pessoas.

A população em situação de rua é atingida pela violência estrutural, resultante das desigualdades sociais, raciais e de gênero presentes em uma sociedade baseada na exploração de uma classe por outra. Essa estrutura é responsável pela produção e perpetuação da pobreza, levando essa população a ocupar um espaço marcado pela subalternidade, pela precariedade nas condições de vida e sobrevivência, e pelo abandono. Essa forma de violência gera “o pauperismo, a miséria, e a precarização das condições de vida de uma grande parcela da população” (OLIVEIRA, 2021, p. 13).

A violência contra a pessoa em situação de rua pode ser cometida tanto por indivíduos, pela sociedade, quanto por instituições governamentais ou privadas. A violência física é uma das formas mais evidentes de violência contra pessoas em situação de rua. A agressão física pode ser cometida por pessoas ou grupos de pessoas, e pode incluir socos, chutes, apedrejamento, espancamentos e outros tipos de ataque. Essa violência pode ter sérias implicações para a saúde física e mental da pessoa em situação de rua, incluindo lesões graves e traumas psicológicos e a morte.

A violência psicológica é uma forma grave de agressão, que muitas vezes passa despercebida, já que o dano não é visível fisicamente ou materialmente. Essa forma de violência é definida por ações que causam humilhação, depreciação moral ou ridicularização pública, além de comportamentos que prejudicam a autoestima da pessoa e podem levar a uma série de doenças, como depressão, distúrbios nervosos, transtornos psicológicos e outras, afetando o bem-estar emocional da pessoa. Esses indivíduos estão sujeitos ao isolamento social e dificuldades de interação social, o que pode afetar a capacidade de construir relações sociais e obter apoio emocional. Outra consequência comum da violência psicológica é o uso de substâncias psicoativas, como álcool e drogas, como forma de lidar com a fome, o frio, a dor, o estresse e a angústia causados pela agressão (TJDFT, 2018).

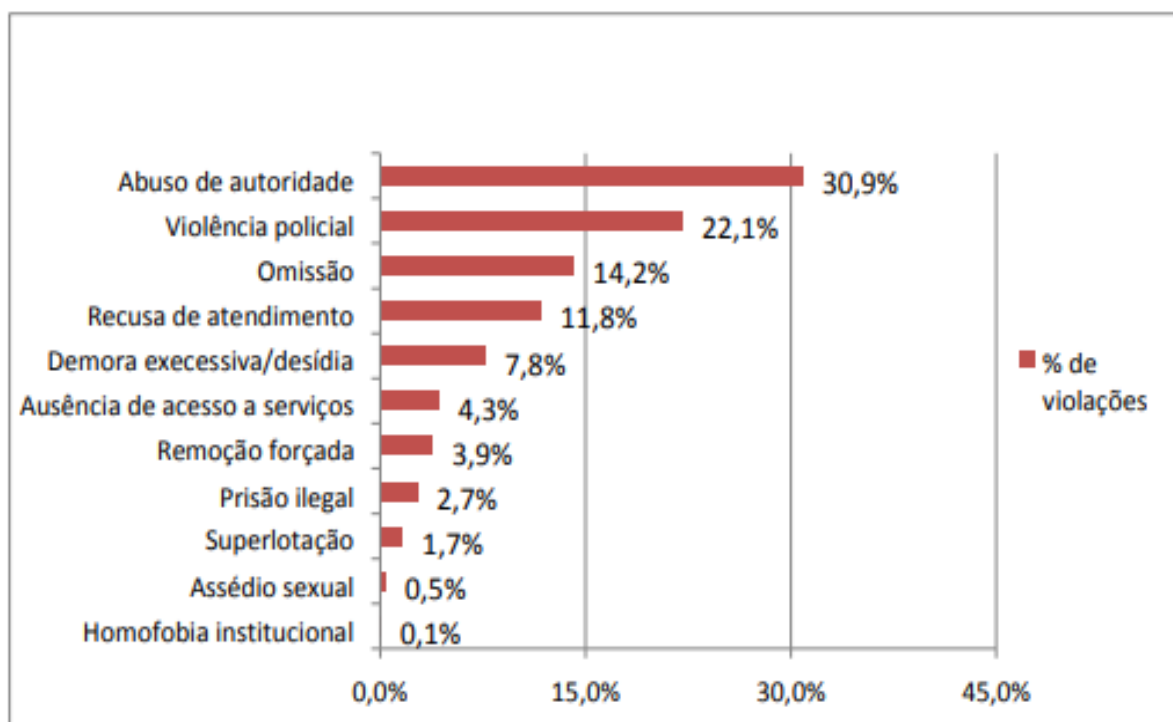
Pessoas em situação de rua frequentemente sofrem violência sexual, que pode incluir estupro, abuso e assédio. Em geral, a violência sexual é uma forma de violência de gênero em que a vítima é explorada pelo agressor para obter satisfação sexual, sem o seu consentimento, podendo ser forçada ou coagida a participar de práticas sexuais com ou sem violência física explícita. Dentre os mecanismos utilizados pelo agressor para cometer esse tipo de violência estão a força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outra forma que limite ou

anule a vontade da vítima (SOUZA; ADESSE, 2005). É importante salientar que essa definição inclui casos em que o agressor obriga a vítima a participar desses atos com terceiros.

A violência pode ser enfocada nos conflitos territoriais, nas práticas sexuais ou opressões de gênero entre os próprios habitantes de rua, nas intervenções materiais e simbólicas agressivas concretizadas pelos agentes urbanísticos, ou no discurso, no plano da ofensa recorrente dirigida a esse segmento, alimentando o ciclo estigmatizante de sua imagem (ROSA; BRÊTAS, 2015, p. 281).

Além dessas formas mais evidentes de violência, as pessoas em situação de rua também enfrentam violência institucional que se manifesta por meio das instituições e das políticas públicas onde “os órgãos, instituições e agentes públicos que deveriam propiciar a proteção e promoção dos cidadãos se tornam agentes violadores de direitos” (CNDDH, 2010-2014, p. 43), sendo portanto uma violência autorizada e legitimada. As pessoas em situação de rua estão vulneráveis a essa forma de violência, uma vez que com frequência são tratadas de forma desigual e discriminatória pelas instituições do Estado. Os dados apresentam os tipos de manifestação dessa forma de violência:

**Gráfico 1:** Tipos de Violência Institucional (2011-2014)



Fonte: CNDDH, 2011-2014, p. 43

As pessoas em situação de rua enfrentam diversas formas de violência institucional. Entre elas, pode-se citar a expulsão por parte da polícia de locais públicos, como praças e parques, onde muitas vezes dormem. Essa atitude configura uma grave violação dos seus direitos, já que, privadas de um lugar para morar, essas pessoas se veem sem muitas opções de abrigo. Ademais, a falta de políticas públicas efetivas para atender às suas necessidades, tais como acesso à moradia, saúde e alimentação, representa outra forma de violência institucional. A discriminação que sofrem em instituições públicas, como hospitais e locais públicos, contribui para a desumanização e desvalorização dessas pessoas. Tais práticas refletem a naturalização de preconceitos e estigmas enraizados na sociedade.

Essas pessoas também sofrem com a violência simbólica, que é invisibilizada, ignorada ou minimizada. A violência simbólica é uma forma de violência que se manifesta de maneira sutil e muitas vezes não é percebida. Essa forma de violência pode ser praticada por meio de gestos, palavras, imagens e outras formas de comunicação que reforçam e naturalizam as desigualdades sociais. Quando essa naturalização ocorre, os indivíduos subordinados perdem a capacidade de resistir ou opor-se com força suficiente. As pessoas em situação de rua são frequentemente vítimas desse tipo de violência, que contribui para sua exclusão social e marginalização. Segundo os autores Rosa e Brito (2009), essa forma de violência implica que:

ao mesmo tempo em que é pouco compreendida e invisível, é também resultante de um processo de construção histórica que a torna legítima. Deste modo, manifesta-se de maneira simbólica nas interações sociais e resulta de uma dominação, cuja inscrição é produzida num estado objetivado das coisas que são vividas como naturais e evidentes, imbuídas de uma legitimação que dispensa qualquer tipo de contestação. Em outros termos, representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa e não arbitrária, porém, tão lesiva quanto às outras (ROSA; BRITO, 2009, p. 632).

A violência simbólica contra pessoas em situação de rua pode assumir diversas formas, como o uso de termos pejorativos, representação dessas pessoas como "vagabundos", "criminosos" ou "desocupados", proibição de seu acesso a espaços públicos e serviços básicos, dentre outras. Seu objetivo é reforçar, interiorizar e reproduzir a ideia de inferioridade, indesejabilidade e não merecimento de tratamento igualitário dessas pessoas.

De acordo com Nonato e Raiol (2017), a situação de rua é um dos efeitos colaterais inerentes do capitalismo neoliberal, que defende a mínima intervenção do

Estado, a diminuição dos gastos públicos e a privatização de estatais e serviços essenciais. Seguindo a perspectiva de Harvey (2008), a acumulação flexível promove a flexibilização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos, o desemprego estrutural, o aumento do exército industrial de reserva e a promoção do consumismo. Nessa conjuntura, os interesses do mercado são priorizados em detrimento das necessidades da população, resultando em mudanças significativas nas funções do Estado e no enfraquecimento da organização dos trabalhadores, o que agrava os antagonismos presentes no capitalismo neoliberal.

A flexibilização das relações de trabalho pode levar ao aumento do trabalho informal e desemprego, e conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade econômica. Essa vulnerabilidade pode levar a situações extremas, como a perda de moradia e a situação de rua. Assim sendo, pessoas em situação de rua frequentemente são vítimas de violência policial. Essa violência é resultado de estratégias higienistas que são aplicadas a essa população, sob a justificativa de combater a criminalidade e “limpar a cidade”. Conforme apontado por Azevedo (2021):

A ideia de higienização social que percorreu o fenômeno da população em situação de rua estigmatiza visões da sociedade civil e do Estado até os dias atuais, resultando em pulsões assistencialistas, paternalistas e autoritárias como justificativa. Sobretudo, tais perspectivas, são incapazes de dar conta do árduo processo de reinserção destas pessoas nas lógicas da família, do trabalho, da moradia, da saúde e de outras esferas sociais tão excluídas do todo (AZEVEDO, 2021, p. 20).

Diante dessa realidade, os esforços ou medidas tomadas pelos órgãos de segurança pública têm sido pouco efetivos para solucionar os altos índices de violência. Isso ocorre em grande parte devido a uma atuação pautada na repressão ilegal, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

## **1.2 Realidade e indicadores sociais das pessoas em situação de rua no Brasil e em Goiânia**

O decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, em seu artigo 7º, possui como objetivos assegurar o acesso aos serviços e programas públicos, garantir a formação e capacitação de profissionais, instituir a contagem oficial dessa população, produzir e disseminar dados e indicadores sociais, além de desenvolver ações educativas e incentivar a pesquisa sobre esse tema. O decreto também prevê a criação de centros

de defesa dos direitos humanos, meios de comunicação para recebimento de denúncias e sugestões, e a disponibilização de programas de transferência de renda e qualificação profissional para essa população.

Contudo, de acordo com Natalino (2022) não se pode contar com dados oficiais no Brasil a respeito do quantitativo de pessoas em situação de rua, os censos demográficos de 2010 e 2022 consideraram apenas domiciliados o que dificulta as análises das necessidades e demandas para elaboração de políticas públicas.

As informações quantitativas possibilitam avaliar e monitorar a abrangência e as mudanças provocadas pelas ações proativas. Já as informações qualitativas possibilitam compreender melhor o seu modo de vida e, portanto, construir com eles estratégias de médio e longo prazo com vistas a que possamos qualificar cada vez mais a prática profissional daqueles que, direta ou indiretamente, atuam junto a esse segmento específico da população (SHUCH *et al*, 2017, p. 94).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que existam no Brasil até o ano de 2022 cerca de 281.472 (duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e duas) pessoas em situação de rua, com um rápido aumento desse número entre os anos de 2012 e 2020 principalmente com a intensificação das expressões da questão social no contexto pandêmico.

O número é 38% maior que o valor estimado em 2019, e 211% superior ao estimado uma década atrás, em 2012. Para os anos de 2020 e 2021, os números estimados são de 214.451 e 232.147 pessoas, respectivamente. O crescimento bastante significativo entre 2021 e 2022 acompanha o crescimento acelerado nos registros do Cadastro Único. Já o crescimento entre 2019 e 2020 é comparativamente modesto. É possível que parte da explicação para esse resultado seja os já discutidos problemas com relação aos dados de 2020, resultando em um viés de subestimação. E é possível que o mesmo fenômeno tenha afetado ainda, em algum nível, também os números oficiais para 2021 (NATALINO, 2022, p. 15).

Convém ressaltar que a população em situação de rua é heterogênea e modifica-se constantemente, e pode variar de acordo com a conjuntura política e econômica do local em que o estudo é realizado. Além disso, essa situação social complexa associada à presença significativa de pessoas em situação de rua não é limitada a homens adultos, mas também afeta crianças, mulheres, idosos e, muitas vezes, famílias inteiras (ALCANTARA, *et al.*, 2015).

Com base no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre 2007 e 2008 em 71 municípios brasileiros, foram identificadas 31.922 (trinta e

um mil, novecentas e vinte e duas) pessoas vivendo em condições precárias em diversos locais, como calçadas, praças, rodovias, viadutos, parques, prédios abandonados, lixões, becos, abrigos, albergues e casas de apoio. A maioria dessas pessoas são homens, representando cerca de 82% do total, enquanto pardos e pretos correspondem a 67%. Além disso, cerca de 63,5% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, 17% não sabem ler e escrever, e 95% não estuda no período em que foi realizada a pesquisa.

Quanto aos motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas são diversos e englobam o desemprego, alcoolismo e/ou uso de drogas e problemas familiares, como violência e desentendimentos. De acordo com a pesquisa do MDS, 43,8% dos entrevistados preferem dormir em albergues, enquanto 46,5% optam por dormir nas ruas, devido à falta de liberdade nos albergues, como horário de saída e entrada e outras rotinas, e pela dificuldade em conseguir vagas. Já entre aqueles que preferem dormir em albergues, apontam que a principal motivação é evitar a violência e o desconforto das ruas.

Com relação ao trabalho e renda, é importante destacar que a maioria dessa população (70,9%) realiza alguma atividade remunerada, sendo que 58,6% afirmaram ter alguma profissão. As atividades mais comuns são o trabalho como catadores de materiais recicláveis (27,5%), flanelinhas (14,1%), na construção civil (6,3%), na limpeza (4,2%) e como carregadores (3,1%). Além disso, cerca de 15,7% dessas pessoas pedem dinheiro para sobreviver. É notável que muitos desses trabalhadores atuam na informalidade, já que não possuem emprego formal ou nunca tiveram carteira de trabalho assinada.

A pesquisa realizada pelo MDS aponta também para questões relacionadas à alimentação, higiene e saúde. Dos entrevistados, cerca de 31,3% relatam não conseguir se alimentar todos os dias, enquanto 79,6% conseguem pelo menos uma refeição por dia e 19% não conseguem se alimentar diariamente com uma refeição completa. A fome é uma das formas mais cruéis de violência, pois afeta diretamente a dignidade humana e coloca em risco a própria vida. Ela não é apenas uma consequência de desastres naturais ou problemas econômicos, mas sim resultado de políticas públicas ineficazes, desigualdades sociais e concentração de renda. Essa forma de violência compromete a saúde e o bem-estar dessas pessoas, afetando seu desenvolvimento podendo levar a desnutrição, doenças e até mesmo à morte.



No que se refere à higiene, a população em situação de rua enfrenta grandes desafios. Os locais disponíveis para banho e higiene pessoal incluem as ruas, albergues, abrigos, banheiros públicos, estabelecimentos comerciais e a casa de amigos ou parentes. Entretanto, muitos desses lugares oferecem recursos inadequados ou insuficientes, dificultando a manutenção da higiene pessoal. Como resultado, os indivíduos em situação de rua estão mais expostos a doenças e infecções, o que pode comprometer ainda mais a saúde e bem-estar dessa população. Segundo o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, cerca de 30% dos entrevistados possuem algum tipo de problema de saúde sendo citado hipertensão (10,1%), problemas mentais (6,1%), diabetes (5,4%) e HIV (5,1%). Esses dados evidenciam as precárias condições de vida enfrentadas por essa população, as quais estão intimamente ligadas à sua maior vulnerabilidade a diversas formas de violação de direitos.

A pesquisa aponta ainda para a falta de documentos pessoais como um fator que dificulta a obtenção de empregos formais, o acesso a serviços e programas governamentais, além da efetivação da cidadania. A grande maioria dessas pessoas (88,5%) afirma não receber nenhum tipo de benefício do governo, enquanto apenas 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% recebem Bolsa Família e 1,3% têm acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, a pesquisa destaca as diversas formas de discriminação enfrentadas pelos entrevistados, como evidenciado nos dados sobre os principais obstáculos de acesso a locais e serviços necessários e desejados por essa população:

Tabela 1: Impedimentos de entrar em locais e realizar atividades pessoas em situação de rua

<b>Tipos de impedimento</b>	<b>%</b>
Impedimento de receber atendimento na rede de saúde	18,4%
Impedimento de entrar em transporte coletivo	29,8%
Impedimento de entrar em shopping center	31,3%
Impedimento de entrar em outros estabelecimentos comerciais	31,8%
Impedimento de entrar em órgãos públicos	21,7%
Impedimento de entrar em bancos	26,7%
Impedimento de tirar documentos	13,9%

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Por fim, a pesquisa realizada pelo MDS também destaca a participação em movimentos sociais e a efetivação da cidadania como um aspecto relevante para a população em situação de rua. Entretanto, os dados apresentados indicam uma baixa participação nesses espaços, onde apenas 2,9% dos entrevistados afirmaram participar de algum movimento social ou associação. Além disso, a maioria (95,5%) não está envolvida em nenhum tipo de movimento social. Outro dado preocupante é que 61,6% da população em situação de rua não exerce o direito universal ao voto, pois não possui o título de eleitor, o que dificulta sua representação política e participação no processo de tomada de decisão e controle social (MDS, 2009).

Durante muito tempo, as pessoas em situação de rua foram excluídas e marginalizadas pela sociedade, o que afetou seu acesso aos direitos. Em Goiânia, somente em 29 de março de 2016, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 9.778, que instituiu o Plano Municipal de Atenção à Pessoa em Situação de Rua. Essa legislação determina que o poder público municipal deve manter serviços e programas de atenção para essa população, garantindo padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de seus direitos de cidadania. O artigo 7º da lei estabelece a criação do Comitê Intersetorial de Políticas para Pessoas em Situação de Rua, com o objetivo de monitorar a implementação do Plano de Atenção e integrar as ações dos órgãos da prefeitura envolvidos. Para isso, foi estabelecido a criação de um fórum permanente responsável pela análise e tomada de decisão sobre as medidas necessárias para atender essa parcela da população (GOIÂNIA, 2016).

O Comitê Intersetorial das Políticas para Pessoas em Situação de Rua - Comitê Pop Rua, foi instituído apenas em 09 de março de 2018 pelo Decreto nº 514. Uma das principais competências do Comitê é integrar as ações dos órgãos municipais envolvidos para atender à população em situação de rua de Goiânia. Além disso, o Comitê também tem a responsabilidade de assegurar a articulação intersetorial dos programas, ações e serviços municipais voltados para essa população, avaliar periodicamente e reformular as ações para a consolidação do Plano de Atenção à População em Situação de Rua de Goiânia e monitorar regularmente a contagem oficial da População em Situação de Rua do Município de Goiânia (GOIÂNIA, 2018).

A Prefeitura de Goiânia e a Universidade Federal de Goiás (UFG) realizaram em parceria o “POP RUA 2019: Censo e perfil da população de rua em Goiânia e Pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de Goiânia: mapeamento dos/as trabalhadores/as de rua de Goiânia”, foram contabilizadas cerca de 353 pessoas que

moram nas ruas da cidade, além de outras 435 que trabalham nas ruas. Esse grupo exerce diversas atividades, como coleta de materiais recicláveis, vigília de carros, venda em semáforos, entre outras. Os dados coletados revelaram que 63,6% dessa população sofreu algum tipo de violência, como ameaças (40,6%), agressões físicas e verbais (43,9%), tentativas de assassinato (29%), estupros ou tentativas de estupro (9,1%), roubos (27,8%) e furtos (34,2%). Além disso, a maioria dessas pessoas (75,4%) é composta por homens negros (NECRIVI, 2019).

### **1.3 Breve contextualização sobre a situação de rua e o Serviço Social**

Para atender às demandas da população em situação de rua, é necessário compreender que essa condição é resultado de uma estrutura ampla e complexa, marcada pela desigualdade e pela exclusão social. Nesse sentido, políticas públicas efetivas precisam ser implementadas pelo Estado, a fim de garantir o acesso a direitos básicos como moradia, saúde, educação e trabalho, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988 levando em consideração as determinações que perfazem a população em situação de rua, definida como um grupo “heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2009).

Em relação ao enfrentamento das desigualdades pelo Estado, vale lembrar que o modelo de Seguridade Social implantado pelo capitalismo brasileiro se baseou primordialmente na lógica do seguro, e embora tenha sido uma iniciativa inovadora com a intenção de criar um sistema abrangente de proteção social, acabou se tornando um sistema que mescla direitos decorrentes do trabalho com direitos universais e seletivos. No entanto, na década de 1990, com o avanço do neoliberalismo, houve uma mudança na política econômica do país, que passou a se concentrar na rentabilidade econômica e geração de lucros em detrimento dos avanços sociais. Como resultado, o Estado deixou de assumir compromissos redistributivos, promovendo um retrocesso social e no surgimento de uma nova pobreza. Com uma grande quantidade de pessoas fora do mercado formal de trabalho, a desigualdade e a pobreza cresceram e o acesso aos direitos decorrentes do trabalho foram restringidos (BOSCHETTI, 2009).

Os princípios constitucionais que garantem a proteção social dos cidadãos estão sendo sistematicamente ignorados e enfraquecidos por meio de sucessivas

reformas e tentativas de desconfigurar os direitos previstos na Constituição. Consequentemente, os direitos sociais são cada vez mais restritos, a lógica do seguro é reforçada, o valor dos benefícios é reduzido e há uma abertura para a privatização e para a expansão dos planos privados. Essa tendência coloca em risco a proteção social dos cidadãos, especialmente dos mais vulneráveis. Além disso, ela desvia o foco da garantia de direitos para a lógica do mercado, o que pode minar a própria ideia de justiça social, conforme destacado por Boschetti (2009). É importante reconhecer que a mercantilização dos direitos universais tem reforçado o individualismo e enfraquecido a luta de classes. Ademais, a transferência da responsabilidade do atendimento desse segmento para a sociedade civil, por meio da solidariedade e do assistencialismo, é insuficiente para obter resultados efetivos.

Considerar a existência social de pessoas em situação de rua significa reconhecer que o percurso das políticas públicas não deve ser apenas uma tentativa de atender as demandas e necessidades através de medidas assistencialistas ou medidas repressivas de ordem social. Em contrapartida, é fundamental direcionar os esforços para a “transformação dos complexos processos sociais” (SCHUCH *et al*, 2017, p. 40) que tornam essa população vulnerável, reconhecendo sua luta diária e as dificuldades enfrentadas.

A Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu Capítulo II, artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). Contudo, o Estado muitas vezes falha em fornecer acesso aos bens e serviços sociais, devido à sua forte conexão com os princípios neoliberais que priorizam a ampliação da liberdade individual e econômica em detrimento das ações voltadas às demandas sociais. Como bem afirma Boschetti (2009):

Os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal, *provocando um quadro de retrocesso social com aumento da extrema e da “nova” pobreza [...]*. Na análise da autora, em toda a América Latina, ocorre um aumento da demanda por benefícios e serviços, o que se explica pela permanência de “Estado de mal-estar” (BOSCHETTI, 2009, p. 09, grifo nosso).

Uma das competências do profissional de Serviço Social é o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que “possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais” (BRASIL, 2012, p. 45). É imprescindível

que haja um posicionamento ético-político comprometido com a defesa dos direitos humanos e a luta contra a desigualdade, a fim de superar a naturalização da situação de rua e o estigma que acompanha essa população. Uma das peculiaridades do trabalho do assistente social é a viabilização dos direitos sociais, por meio das políticas e programas institucionais, além do engajamento em favor da equidade e justiça social para garantir a universalidade de acesso aos bens e serviços relacionados aos programas e políticas sociais. Os assistentes sociais são responsáveis por desenvolver ações que visem garantir os direitos e a proteção social de indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social.

Diante disso, o profissional de Serviço Social – que tem como objeto de estudo as contradições entre capital e trabalho que se manifesta por meio da questão social e as suas expressões – tem o papel de promover o acesso aos direitos desses indivíduos ao mesmo tempo em que contribui para a construção de uma consciência crítica em torno da situação vivenciada, reforçando a organização desses usuários na defesa e ampliação dos seus próprios direitos. Dado que o Serviço Social, enquanto profissão, possui uma intervenção com ações sociais e educativas voltadas para possibilitar o acesso dos cidadãos aos seus direitos por meio da conscientização e da organização dos mesmos. Desta maneira percebemos que, segundo Faleiros (2015):

[uma] atuação profissional teórica e política [que] se manifesta na luta ideológica para levar o Serviço Social a desculpabilizar à população das situações-problema que em seu imaginário apresentam as questões do cotidiano como resultantes de falhas individuais ou falta de sorte (Faleiros *apud* LIMA, 2017, p.1-21).

A natureza qualitativa da atividade profissional se dá justamente por uma ação orientada a uma determinada finalidade como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas como seres complexos (IAMAMOTO, 2009) o que torna possível romper esses limites por meio de estratégias no próprio agir profissional baseado no projeto ético-político.

O profissional de Serviço Social atua historicamente nas expressões da questão social. Nesse sentido, é necessário compreender a realidade que envolve essa profissão, a qual é dominada pelos aspectos capitalistas que caracterizam tanto a questão social quanto o processo de produção e reprodução da sociedade como um todo. Essa compreensão é fundamental para a análise crítica da realidade e para a construção de intervenções efetivas no trabalho do assistente social.

Com as transformações ocorridas nas esferas estatal e privada, as condições e relações de trabalho do assistente social sofrem grande impacto, especialmente pela repercussão das propostas neoliberais no campo das políticas sociais e a descentralização das responsabilidades do Estado. Isso leva a uma redução da prestação de serviços sociais públicos que materializam direitos sociais de interesses coletivos e amplia a proteção para os grandes oligopólios e o mercado, intensificando as contradições diante de crises.

Os elementos do trabalho do assistente social devem ter referências na dinâmica da vida social, considerando as condições históricas e conjunturais. Não deve haver neutralidade na intervenção profissional, e a direção política do trabalho social desenvolvida deve ser respaldada no compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão. Os princípios e diretrizes do trabalho do assistente social incluem a formulação e desenvolvimento de projetos de intervenção que viabilizem o acesso de segmentos da classe trabalhadora aos seus direitos pela mediação das políticas sociais, com a implantação de serviços com qualidade e a motivação da participação popular (DINIZ, 2018).

Em conclusão, a violência é um fenômeno complexo e intrinsecamente ligado à estrutura da sociedade capitalista. A acumulação primitiva e a propriedade privada são fundamentais para a reprodução da violência, uma vez que envolvem a exclusão e a coerção de indivíduos. Diante do exposto, fica evidente que a violência contra a população em situação de rua é uma realidade complexa e multifacetada, que abrange não apenas agressões físicas, mas também violências psicológicas, sexuais, institucionais e simbólicas. A ausência de acesso aos direitos básicos e essenciais, aliada às desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade capitalista, contribui para a marginalização e invisibilidade desse grupo.

Nesse contexto, a produção de conhecimento por meio de pesquisas desempenha um papel fundamental. As pesquisas permitem analisar e compreender a natureza dessa violência de forma aprofundada. Ao investigar e documentar as diferentes formas de violência enfrentadas por esse grupo marginalizado, as pesquisas ajudam a trazer à tona as violações de direitos e a demandar ações e políticas públicas para enfrentar essas questões. Além disso, ao evidenciar as desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade capitalista, as pesquisas também contribuem para sensibilizar e conscientizar a população em geral sobre a importância de combater a marginalização e invisibilidade daqueles que vivem em

situação de rua. Portanto, a produção de conhecimento desempenha um papel essencial na compreensão e transformação da realidade vivenciada pela população em situação de rua.

## **CAPÍTULO II - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE GOIÂNIA-GOIÁS: tendências do conhecimento nas produções acadêmicas no período de 2016 a 2022**

O Serviço Social, no Brasil, há mais de 60 anos, não se limita a ser um depositário de conhecimentos produzidos por diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas, mas tem a capacidade de produzir conhecimento com alto teor de criticidade em alinhamento com o projeto ético-político da profissão e em oposição à dinâmica excludente do capital. Tal feito é um processo de construção que precisa ir além daquilo que aparece de forma superficial na realidade, tornando-se um trabalho árduo e infundável.

Os debates concebidos no bojo do Serviço Social fornecem subsídios para análises, intervenções e posicionamentos baseados nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, bem como a relação com a dimensão social para superar “a alienação e a resignação ao discurso envolvente das elites” (MORAES, 2017, p. 394). Isso ultrapassa as barreiras endógenas da profissão e proporciona um olhar voltado para a realidade concreta e as reais necessidades dos indivíduos no contexto brasileiro, com o objetivo de ampliar e implementar políticas e direitos voltados à população usuária.

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a investigação, baseada na metodologia de pesquisa denominada "Estado da Arte" ou "Estado do Conhecimento" de cunho bibliográfico que tem como objetivo mapear e discutir as produções acadêmicas sobre um determinado tema. Discute-se as características dessa abordagem, enfatiza sua relevância na compreensão do estado atual do conhecimento sobre o assunto estudado e a diversidade de abordagens e modalidades de pesquisa científica, destacando os diferentes tipos de pesquisa. Em seguida, são explorados os tipos de fontes significativas para as pesquisas.

Posteriormente, são discutidos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo o levantamento bibliográfico quanti-qualitativo e as fontes de dados selecionadas. Por fim, são descritos os critérios de inclusão e busca de documentos, destacando as bases de dados virtuais das instituições PUC GOIÁS, UFG e UEG, os filtros aplicados, os resultados e os documentos selecionados para análise.



## 2.1 Serviço Social e Estado da Arte: espaço de pesquisa e descoberta

O Serviço Social no Brasil conquistou o seu reconhecimento pelas agências governamentais de profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e dotada de competências e atribuições de cunho investigativo e interventivo, que requer fundamentação teórico-metodológica e articulação com as diversas áreas de conhecimento, ciências e demais profissões para se apropriar das diversas abordagens e desvelar a realidade concreta e suas múltiplas determinações.

A pesquisa em Serviço Social está presente não só na formação, mas também no trabalho do assistente social. Ela permite realizar uma leitura da realidade e construir novas possibilidades de atuação profissional, pois consegue trazer respostas a questões técnico-operativa ao mesmo tempo que tenta explicar "os fenômenos reais por meio de critérios científicos e de um esquema conceitual capaz de apreender sua estrutura, gênese, desenvolvimento, dinâmica e contradições" (MORAES, 2017, p. 393) presentes em uma sociedade capitalista. A partir desse contexto histórico, no Brasil, a profissão consolida-se nesse processo, conforme Neves (2020):

[a partir da] conquista a sua maioria *ancorada no processo de produção de conhecimento e apreensão da complexidade existente entre trabalho e formação profissional*, pelo processo que cliva o crescente distanciamento com o tradicionalismo e conservadorismo, defrontando-se com o desafio sempre renovado de construir princípios, diretrizes e objetivos de uma formação profissional de assistente social vinculada ao movimento real da sociedade. Trata-se dos fundamentos, determinações e dimensões históricas e contemporâneas que propiciaram a construção do projeto ético-político profissional (NEVES, 2020, p. 297, grifo nosso).

Podemos perceber, portanto, que o Serviço Social ao constituir seus objetos de intervenção com base nas manifestações das expressões da questão social, apreende os nexos e mediações da realidade concreta sobre as desigualdades sociais e constrói estratégias para as ações transformadoras da realidade. Nesse sentido, é importante ressaltar a relevância da pesquisa como instrumento de análise e intervenção, permitindo que o assistente social desenvolva um conhecimento crítico e reflexivo sobre a sua atuação profissional.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) coloca a intransigente relação entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundamental na formação profissional. Para construir o conhecimento no Serviço Social, é necessária uma postura crítica, investigativa e diligente na apreensão da

realidade social, permitindo a “compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social” (ABEPSS, 1996, p. 6).

Para atingir esse nível de conhecimento, a pesquisa em Serviço Social “é um conjunto de ações e procedimentos que conduzem a novas descobertas e amplia conhecimentos sobre determinado tema ou área” (VIEIRA e GERBER, 2016, p. 21). Cabe destacar que a pesquisa no âmbito social é permeada por interferências em seu campo de estudo, pois as relações sociais e a sociedade em si não são engessadas e permanecem em constante movimento. Essas modificações ocorrem devido à conjuntura que compreende, marco temporal, ambiente, correlação de força, sujeitos envolvidos, dentre outros elementos (SOUZA, 2012). A ciência fundamenta-se no método científico para diferenciar-se das demais modalidades de conhecimento, permitindo expandir e transformar os conhecimentos adquiridos pelo homem ao longo da história a partir de um “conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos” (SEVERINO, 2016, p. 88).

De acordo com Severino (2016), há diversas maneiras de conduzir uma investigação científica, que dependem da perspectiva adotada para estudar o objeto em questão. O autor menciona várias modalidades de pesquisa, incluindo a abordagem quantitativa e qualitativa, que envolvem diversas bases de conhecimento. A pesquisa etnográfica, por sua vez, tem como objetivo capturar a dinâmica da vida cotidiana de forma minuciosa e localizada. A pesquisa participante, por outro lado, permite que o pesquisador vivencie a realidade dos sujeitos estudados de forma ativa, observando os fenômenos, situações e manifestações, e realizando descrições detalhadas, análises e considerações sobre sua participação. A pesquisa-ação, por sua vez, visa intervir em uma determinada situação com o intuito de promover mudanças nos indivíduos envolvidos. Por fim, o estudo de caso concentra-se em um caso representativo de um conjunto maior, e segue os procedimentos de uma pesquisa de campo, onde os dados são coletados, sistematizados, registrados, analisados e expostos em relatórios rigorosos.

Além disso, o autor discute os diferentes tipos de fontes de pesquisa, incluindo a pesquisa bibliográfica, que se baseia em materiais já existentes e trabalhados por outros autores; a pesquisa documental, que analisa documentos impressos ou midiáticos e utiliza o conteúdo como matéria-prima para a investigação e análise; a

pesquisa experimental, que é comumente utilizada nas ciências exatas e envolve manipulações, observações e experimentos no objeto de estudo em laboratórios; e a pesquisa de campo, que coleta dados em seu ambiente natural sem a interferência do pesquisador. Uma pesquisa pode ainda ser exploratória, que visa mapear e levantar informações sobre o objeto em questão, ou explicativa, que analisa e registra os fenômenos observados e verifica suas causas por meio de métodos experimentais ou qualitativos.

Em suma, a escolha da metodologia e das fontes de uma pesquisa depende da natureza do objeto de estudo, do objetivo da investigação e das perspectivas teóricas e metodológicas adotadas pelo pesquisador. É fundamental que o pesquisador esteja familiarizado com as diferentes modalidades de pesquisa e saiba escolher aquela mais adequada ao seu objeto de estudo, de modo a garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa denominado "Estado da Arte" ou "Estado do Conhecimento" de cunho bibliográfico. Na pesquisa desenvolvida foi realizado um mapeamento e discussão de produções acadêmicas sobre a temática da população em situação de rua na região metropolitana de Goiânia. O estado da arte é compreendido por a utilizada por Faria e Martins (2020):

Definida como pesquisa de caráter bibliográfico [onde] o estado da arte ou estado do conhecimento traz em comum o desafio de mapear certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento e responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares. Discutir as formas e em que condições são produzidas e coletivizadas dissertações de mestrado, teses de doutorado, resultados de pesquisas, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários (FARIA; MARTINS, 2020, p. 346).

A metodologia do Estado da Arte se diferencia de outras pesquisas por seu objetivo geral, que é apreender as produções existentes sobre um determinado tema e objeto, além da abordagem que o pesquisador utiliza ao se apropriar de determinadas produções científicas. Entretanto, essa forma de pesquisa apresenta alguns desafios, já que a busca pelas produções científicas não alcança necessariamente tudo o que já foi e ainda está sendo produzido, seja por falta de instrumentos de busca, divulgação ou mesmo pelos impedimentos subjetivos ou objetivos da pesquisa. Mesmo diante das dificuldades apresentadas, a opção se deu para conhecer os estudos e pesquisas desenvolvidas para assim “tentar uma articulação que busque, integrar estruturalmente estudos e resultados de pesquisas”

(FERREIRA, 2002, p. 259).

O Estado da Arte é uma pesquisa que se baseia exclusivamente em documentos escritos de origem acadêmico-científica, abrangendo as contribuições de diferentes autores sobre o tema em questão. Segundo Rodrigues (2015), essa abordagem de pesquisa ganhou espaço no Brasil a partir da década de 1980, quando começaram a ser incluídos estudos sobre os métodos utilizados nas produções, bem como a exploração de diversas temáticas. Os objetivos partem de “inquietações e questionamentos de pesquisadores acerca da produção de conhecimento, buscando quantitativamente trabalhos sobre determinado tema e principalmente, a análise de conteúdo dos mesmos” (RODRIGUES, 2015, p. 20).

De acordo com Minayo (2002, p. 16) a metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, na pesquisa que visa elaborar o Estado da Arte, os trabalhos devem ser identificados e qualificados com base nos objetivos estabelecidos, para que seja realizada a análise de conteúdo. Durante todo o percurso da pesquisa, é essencial manter esses objetivos presentes, a fim de evitar a dispersão do que foi proposto. O pesquisador tem autonomia para definir o trajeto metodológico a ser percorrido. Na etapa de seleção dos trabalhos acadêmico-científicos, os filtros são estabelecidos a partir do tema, do período, do local e das bases de dados a serem consultadas. A definição de palavras-chave relacionadas à temática também é de suma importância para a realização das buscas nas bases de dados (RODRIGUES, 2015).

Nessa modalidade de pesquisa, a análise dos trabalhos selecionados exige uma leitura crítica e reflexiva para relacionar o conteúdo trazido pelos autores com a busca de respostas do pesquisador em seus estudos. É preciso que o pesquisador tenha uma postura crítica ao realizar a leitura dos trabalhos selecionados e faça a identificação dos principais conceitos, abordagens teóricas e metodológicas, bem como as lacunas e convergências existentes entre eles. A análise deve permitir a identificação dos principais avanços e desafios da temática em questão, possibilitando a elaboração de um panorama atualizado e crítico sobre o assunto, para isso:

São analisadas as palavras, as frases e temas que dão significado ao conjunto, para relacioná-las com os dados pessoais do autor, com a forma literária do texto, com o contexto sociocultural do produtor da mensagem: as intenções, as pressões, a conjuntura, a ideologia que condicionaram a produção da mensagem, em um esforço para articular o rigor objetivo, quantitativo, com a riqueza compreensiva, qualitativa. (CHIZZOTTI, 2014, p. 116-117, *apud*, RODRIGUES, 2015, p. 26).

Assim, o estudo do Estado da Arte é um importante recurso metodológico para a realização de pesquisas bibliográficas, uma vez que permite que sejam identificadas as principais produções científicas em uma determinada área, a fim de compreender a evolução e o estado atual do conhecimento sobre o assunto estudado. Além disso, a pesquisa do Estado da Arte também pode ser utilizada como um instrumento para orientar futuras pesquisas, aprimorar metodologias e direcionar estudos para novas áreas de investigação. Portanto, é uma modalidade de pesquisa que exige seleção criteriosa e análise minuciosa das produções científicas para se alcançar resultados confiáveis e relevantes.

## **2.2 Percurso e procedimentos metodológicos da pesquisa**

Após a reflexão sobre a metodologia escolhida da pesquisa, é importante apresentar o percurso metodológico adotado, levando em consideração as etapas previstas para a realização da modalidade de pesquisa conhecida como Estado da Arte. A pesquisa adotou procedimentos metodológicos que consistiram em um levantamento bibliográfico quanti-qualitativo de produções acadêmico-científicas sobre a temática de pessoas em situação de rua em Goiânia. A base teórica utilizada adota uma perspectiva histórica e dialética, exigindo uma interconexão entre disciplinas e ciências para negar a univocidade de conceitos e o tecnicismo, e possibilitar uma análise histórica da realidade e o desenvolvimento de um método de conhecimento capaz de compreender as múltiplas determinações sociais. É inviável fazer um recorte fragmentado da realidade sem considerar a totalidade em que está inserida (FRIGOTTO, 2008).

As fontes da pesquisa foram dissertações, teses e artigos disponíveis em bases de dados virtuais como o Google Acadêmico e repositórios de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). O critério delimitado de seleção dos trabalhos foi a abordagem do tema de estudo, isto é, produções que versavam sobre a questão das pessoas em situação de rua na região metropolitana de Goiânia, no período de 2016 a 2022.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar as pesquisas acadêmicas sobre a população em situação de rua em Goiânia, no período de 2016 a 2022. Os objetivos específicos incluíram a compreensão da situação de rua como uma forma de violência

e expressão da questão social, enfatizando as violações de direitos sofridas por essa população. Além disso, buscou apreender a modalidade de pesquisa Estado da Arte e sua aplicação no meio acadêmico-científico, explorando conceitos, metodologias e contribuições para a análise do tema. Por fim, o estudo busca expor as principais temáticas abordadas nas produções acadêmicas selecionadas, compondo a presente monografia.

A hipótese inicial da pesquisa é de que a própria condição da pessoa em situação de rua, por si só já é uma condição de violência. Com base na pesquisa pode-se entender também que não há muitas produções acadêmico-científicas, no período de 2016 a 2022, sobre esse tema na área de Serviço Social para fomentar debates e discussões suficientes que promovam mudanças significativas em relação a esse segmento da população na região metropolitana de Goiânia, em consonância com o projeto ético-político da profissão. As categorias de análise selecionadas na investigação foram: i) violência, considerada aqui como uma expressão da questão social; ii) pessoa em situação de rua, em suas particularidades e ressaltando a situação de rua como uma forma de violência.

Como critérios de inclusão e busca de documentos foram selecionados artigos, dissertações e teses que analisam a questão das pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia, sendo os manuscritos publicados no idioma português, local de publicação (Goiânia), período de publicação (de 2016 a 2022), sendo considerado título, assunto e resumo do documento. Foi utilizada pesquisa eletrônica para realização das buscas. Inicialmente, o banco de dados do Google Acadêmico recuperou 483 documentos com os filtros em ordem de relevância, ordenados por data com o período específico de 2016 a 2022, em idioma português e utilizando o cruzamento das palavras chaves população em situação de rua, Goiânia e violência.

Foram identificados e selecionados 10 documentos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG) por meio da seleção da comunidade do repositório "Região Metropolitana de Goiânia (RMG)" e da opção de navegar por assunto. A pesquisa foi realizada utilizando o descritor "homeless" (sem teto), resultando em 04 documentos com o descritor "homeless", 01 documento com o descritor "homeless people" (pessoa sem teto), 01 documento com o descritor "homeless person" (morador de rua), 02 documentos com o descritor "homeless persons" (pessoas sem teto), 01 documento com o descritor "homeless women" (mulheres sem teto) e um documento com o descritor "homeless youth" (juventude

sem teto).

No Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a busca foi realizada utilizando o descritor "homeless" e resultou em apenas 02 publicações em todo o repositório. Já na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), foram utilizados os filtros "buscar em todo repositório" e "situação de rua", obtendo um total de 22 publicações. Foram encontradas inicialmente 517 produções relacionadas ao tema em questão, porém, 491 documentos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos. Esses critérios incluíam restrições em relação ao período de publicação, temática e a abordagem da pessoa em situação de rua como fator secundário.

Desse modo, foram selecionados e considerados para análise 5 artigos, 10 trabalhos de conclusão de curso, 9 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado. Em termos quantitativos, a Enfermagem produziu 28,57% das publicações, seguida pela Arquitetura com 25%, Direito com 14,29%, Psicologia e Sociologia com 7,14%. Observou-se ainda que a área de Serviço Social apresentou apenas 3,57% das produções. As produções acadêmicas foram inicialmente organizadas por área de conhecimento:

Quadro 1: Produções por áreas de conhecimento

Área de conhecimento	Artigo	TCC	Dissertação de mestrado	Tese de doutorado
Arquitetura	-	7	-	-
Ciências da Saúde	-	-	1	-
Direito	3	-	-	-
Direitos Humanos	-	-	1	-
Enfermagem	-	1	4	2
Geografia	1	-	-	-
Jornalismo	-	1	-	-
Psicologia	-	-	2	-
Serviço Social	-	1	-	-
Sociologia	1	-	1	-

<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>2</b>
--------------	----------	-----------	----------	----------

Fonte: Fonte primária. Elaboração desta autora, 2023.

Os trabalhos que atendiam às exigências foram separados por área e organizados em pastas nomeadas no desktop do computador utilizado para a pesquisa. Os arquivos foram salvos em formato PDF o que possibilitou a identificação segmentada dos documentos e melhor organização.

### **2.3 Síntese dos resultados da pesquisa: aproximações analíticas**

Foram identificados os objetos de estudo dos 26 trabalhos selecionados a partir da leitura dos resumos, palavras-chave, introdução e identificação de origem.

Os trabalhos apresentam as seguintes discussões:

- Direitos humanos e invisibilidade da população em situação de rua: trabalhos que discutem a violação dos direitos humanos dessa população e sua invisibilidade social como forma de violência, com enfoque nas políticas públicas e no âmbito jurídico.
- População em situação de rua e espaço urbano: trabalhos que abordam o crescimento socioespacial dessa população em regiões metropolitanas de Goiás, com destaque para as dimensões geográficas e políticas.
- Mundo do trabalho e exclusão: trabalhos que exploram a narrativa de pessoas em situação de rua em Goiânia e sua exclusão do mercado de trabalho.
- População em situação de rua e a COVID-19: trabalhos que analisam o impacto da pandemia na população em situação de rua e as políticas públicas de saúde voltadas a esse grupo.
- Acolhimento institucional e questão social: trabalhos que investigam o acolhimento institucional provisório como uma forma de enfrentar a questão social mediante a situação de rua.
- Políticas públicas e população em situação de rua: trabalhos que discutem o processo de construção e implementação de políticas públicas para essa população em Goiás.
- Qualidade de vida da população em situação de rua: trabalhos que avaliam a



qualidade de vida dessa população por meio de coleta de dados.

- Vulnerabilidades e violência: trabalhos que analisam as situações de vulnerabilidade e violência vivenciadas pela população em situação de rua.

Também foram realizadas exclusões de trabalhos que não atendiam aos objetivos da pesquisa, devido à temática abordada. Dentre eles, encontram-se: (7) projetos de arquitetura e urbanismo voltados para a criação de centros de apoio e acolhimento à população em situação de rua, (1) estudo sobre comportamento suicida em adultos, (1) documentário jornalístico, (1) investigação sobre a saúde mental da população em situação de rua, (5) estudos epidemiológicos sobre hepatite B, hepatite C e HIV em população em situação de rua, e (1) estudo sobre mulheres em situação de rua com foco em gênero e uso de drogas. Após essa seleção, restaram 10 trabalhos elegíveis para a próxima etapa.

Considerando o tempo disponível para realização da pesquisa, foi necessário fazer uma seleção criteriosa dos trabalhos. Foram realizadas a leitura dos resumos e introduções de 10 trabalhos e os mesmos foram organizados em ordem cronológica, de acordo com a data de publicação. Serão expostos os trabalhos selecionados com a pesquisa realizada, sendo 4 artigos, 2 trabalhos de conclusão de curso e 4 dissertações de mestrado.

### *2.3.1 Artigos selecionados*

A autora Carvalho (2014), em seu artigo “*Violação aos Direitos Humanos: um estudo da violência contra pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia*”, expõe que o aumento alarmante das violações dos Direitos Humanos das minorias, especialmente dos moradores de rua, em Goiânia preocupa as autoridades nacionais. A taxa elevada de homicídios contra essas pessoas coloca a cidade como uma das mais violentas do Brasil, com 45 registros no período de dois anos, em um universo de aproximadamente 900 moradores de rua. Comparativamente, São Paulo, que abriga cerca de 14 mil moradores de rua, apresentou índices de homicídios significativamente menores no mesmo período. Diante desse cenário, o artigo busca identificar as principais causas do extermínio dos moradores de rua, refletir sobre os problemas sociais que afetam essas pessoas marginalizadas e contribuir para o combate a essa situação caótica e desumana. Destaca ainda, a necessidade de

repensar o Direito como uma ferramenta para combater violações e promover a cidadania, garantindo e protegendo os Direitos Humanos.

Os autores Lima, Dembogurski, Oliveira (2019), no artigo *“A contraface do mundo do trabalho: narrativas sobre vidas e direitos de pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia”* discutem sobre a história da luta contra a alienação do trabalho e a coisificação das relações, tradicionalmente narrada pelas lutas pelo direito ao trabalho e pela história dos sindicatos e organizações operárias. No entanto, o texto busca dar voz aos sujeitos marginalizados desse processo, ou seja, às pessoas em situação de rua que resistiram ou foram excluídas. O foco do estudo é a cidade de Goiânia, onde se analisam as narrativas dessas pessoas e as transformações ocorridas no acesso aos serviços urbanos e oportunidades de trabalho. A pesquisa utiliza abordagens qualitativas, como entrevistas, para compreender as trajetórias de vida e as perspectivas desses indivíduos. O artigo também faz uma aproximação histórica sobre o sentido do trabalho nas relações sociais na sociedade moderna, utilizando a obra do historiador Bronislaw Geremek para descrever como o mundo dos “vagabundos” e “miseráveis” era representado na literatura europeia entre os séculos XV e XVII. Por fim, o texto aborda o processo de exclusão e punição violenta desses indivíduos e discute como a sociedade contemporânea elabora um saber sobre o indivíduo e seu corpo, visando educar para o trabalho e promover a inclusão através da disciplina e da interiorização dos valores do trabalho abstrato.

No artigo, denominado *“A Invisibilidade das Mulheres em Situação de Rua e a Relativização dos seus Direitos”* os autores Silva, Jordão e Ferreira (2020) analisam a falta de dignidade enfrentada pelas mulheres em situação de rua, o que acaba por refletir sobre a violência e o descaso tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil. A questão é examinada sob a perspectiva jurídica e das políticas públicas, ressaltando a desconexão entre essas iniciativas e as reais necessidades da população. A pesquisa busca compreender as perspectivas das mulheres em situação de rua, identificando os direitos fundamentais que são negados a elas e os desafios que dificultam sua efetivação.

Destaca-se a exclusão dessas mulheres do processo de acumulação de riquezas e do reconhecimento legal de seus direitos, além das diferenças de gênero no enfrentamento das adversidades. O objetivo é compreender o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua, discutindo seus direitos e as barreiras que enfrentam. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa e pesquisa

bibliográfica, análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com seis mulheres em situação de rua. Por meio desses relatos, busca-se avaliar os resultados das políticas públicas e as circunstâncias que levaram a essa situação.

Por fim, a pesquisa procura compreender as fragilidades enfrentadas por essas mulheres e suas demandas por direitos e políticas públicas, considerando suas narrativas e experiências na Casa Acolhida Cidadã, em Goiânia. O estudo propõe a reflexão sobre a condição das mulheres em situação de rua, a efetivação de seus direitos e a eficiência das políticas existentes, reconhecendo a importância de ampliar o espaço de escuta e considerar suas perspectivas para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e conscientes da realidade.

Já o artigo, *“A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020: uma reflexão sobre a pobreza urbana manifesta nas cidades”* a autora Oliveira (2022) aborda que a incidência de população em situação de rua nas cidades reflete a desigualdade presente no desenvolvimento da sociedade. A desigualdade econômica, social e política é estruturada por discursos e dispositivos institucionais. Também realiza a discussão da moradia como um direito fundamental assegurado pela Constituição, porém, mesmo com políticas e marcos regulatórios, muitas pessoas ainda não possuem acesso à habitação. A autora apresenta que a presença da população em situação de rua é observada em diversas áreas urbanas, inclusive em municípios com menor densidade populacional. A Região Centro-Oeste, enfrenta desafios relacionados à pobreza, desemprego e violência. O artigo busca analisar a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020, com ênfase na reflexão sobre a manifestação da pobreza urbana. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e análise estatística dos dados do Cadastro Único, visando compreender os processos que contribuem para agravar essa situação e apresentar a situação socioeconômica dessa população vulnerável.

### *2.3.2 Trabalhos de conclusão de curso*

No trabalho de conclusão de curso *“População em Situação de Rua e a abordagem adotada pelo SUS durante a pandemia da Covid-19: Revisão integrativa”*, realizado por Leite (2022) teve como objetivo contextualizar a vivência da pessoa em situação de rua e as ações de saúde implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com base nas publicações científicas disponíveis. A metodologia utilizada foi

revisão integrativa da literatura, que busca sintetizar os conhecimentos relevantes e incorporar os resultados de estudos significativos na prática. De acordo com a autora, foram encontrados quatro estudos, publicados entre 2020 e 2021, que abordaram a temática da pessoa em situação de rua e saúde durante a pandemia. Os resultados destacaram três categorias relacionadas aos cuidados de saúde para essa população: vacinação, Consultório na Rua (CnaR) e políticas públicas. A discussão ressaltou que a pandemia de COVID-19 atingiu o Brasil em um contexto de desemprego, empobrecimento e outros fatores de risco associados à transmissão da doença. Isso evidencia a importância das políticas públicas para promover equidade no acesso à saúde e atender às necessidades das populações vulneráveis. O estudo concluiu que é crucial incluir a temática nos cursos de formação da área da saúde e fomentar diálogos acadêmicos abrangentes, que integrem ensino, serviço e comunidade. Uma abordagem formativa que reconheça a realidade das pessoas em situação de rua pode contribuir para uma compreensão mais ampla e a adoção de atitudes responsáveis diante dessa realidade desafiadora.

No trabalho intitulado “*Questão social e a população em situação de rua: o acolhimento institucional provisório em Goiânia-GO (2020-2021)*”, a autora Almeida (2022) aborda a questão social e a população em situação de rua, com foco no acolhimento institucional provisório em Goiânia durante o período de 2020 a 2021. A autora realizou seu estágio obrigatório em Serviço Social na Casa da Acolhida II, vinculada à Prefeitura Municipal de Goiânia, e a monografia resultou de suas inquietações e questionamentos sobre a violência e a política de assistência social relacionadas à população em situação de rua.

O trabalho monográfico teve como desafio abordar a questão social e a população em situação de rua sob a perspectiva do direito à vida com mais dignidade. A autora destaca que as expressões da questão social se manifestam de diferentes formas ao longo do tempo. O objeto do estudo é o acolhimento institucional provisório vivenciado pela população em situação de rua, evidenciando a falta de participação consistente do Estado na implementação de políticas públicas de assistência social. A monografia ressalta a importância da luta pela implementação dessas políticas como garantia de direitos sociais para a população em situação de rua.

Os objetivos específicos da pesquisa incluíram investigar o histórico da população em situação de rua, analisar a violação dos direitos humanos e as expressões da questão social vivenciadas por essa população, estudar a legislação

da Assistência Social com foco na proteção social de alta complexidade e caracterizar a população em situação de rua no Brasil. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio da análise de livros, artigos, legislação, documentos, revistas, panfletos e cartilhas, além de uma busca de análise documental sobre a legislação vigente. A monografia está dividida em duas partes principais: a primeira aborda a população em situação de rua e as expressões da questão social, fundamentadas na categoria de trabalho; a segunda parte discute a política de assistência social e a população em situação de rua.

### *2.3.3 Dissertações de mestrado*

A dissertação de mestrado “*Qualidade de vida de pessoas em situação de rua do Brasil Central*”, defendida por Neto (2016), avalia a qualidade de vida da população em situação de rua. O estudo busca investigar os aspectos que influenciam a qualidade de vida dessas pessoas. De acordo com o autor, muitos indivíduos consideram a rua sua residência e resistem a deixar essa situação por diversos motivos, o que torna importante compreender a qualidade de vida desse grupo e evitar estigmas que possam fragilizar as estratégias de cuidado e seus direitos como cidadãos. A pesquisa foi realizada entre agosto e outubro de 2015 e a coleta de dados foi ocorreu por meio da aplicação de questionário com perguntas sobre aspectos sociais, econômicos e demográficos, além do uso do instrumento genérico de qualidade de vida WHOQOL-Bref da Organização Mundial da Saúde recomendado para pesquisas com diferentes grupos populacionais vulneráveis.

A população do estudo foi composta por 150 indivíduos, com idades variando entre 18 e 82 anos. Os escores médios obtidos no WHOQOL-Bref foram maiores nos domínios Físico (68,1) e Psicológico (66,6), enquanto os menores escores foram observados nos domínios Meio Ambiente (44,1) e Relações Sociais (56,6). Análises estatísticas revelaram associações significativas entre a qualidade de vida e características como sexo masculino, estado civil casado, faixa etária entre 30 e 40 anos, ausência de uso de drogas ilícitas, ausência de dor de dente e ausência de relato de discriminação. Esses resultados indicaram que fatores sociais, demográficos e de saúde podem influenciar a qualidade de vida de pessoas em situação de rua.

Além disso, o autor enfatiza uma prática clínica de enfermagem mais humanizada, integral e equânime, respeitando as particularidades das pessoas em

situação de rua. O estudo adota o conceito de vulnerabilidade, que vai além do conceito de risco, para compreender a suscetibilidade das pessoas pertencentes a grupos específicos. A vulnerabilidade é entendida como a exposição a fatores que podem desencadear problemas e danos à saúde. Segundo Neto (2016), os resultados da pesquisa podem subsidiar a revisão e adequação de políticas públicas direcionadas a grupos vulneráveis, bem como contribuir para a prática de profissionais de saúde no desenvolvimento de protocolos de atendimento e atividades inovadoras.

No trabalho *“Meu futuro só Deus sabe: as vulnerabilidades da população em situação de rua de Goiânia”*, o autor Fernandes (2017), analisa a situação de rua como um fenômeno histórico que tem sido agravado pelo surgimento das cidades e pelo modelo capitalista. Os indivíduos em situação de rua enfrentam diversos problemas sociais, como desemprego, migração e violência, que contribuem para sua vulnerabilidade. A exclusão social dessas pessoas é evidenciada pela falta de direitos, pela violência e até mesmo pelo extermínio. O estudo menciona uma série de assassinatos de pessoas em situação de rua ocorridos em Goiânia a partir de agosto de 2012.

O estudo de Fernandes (2017), destaca a importância das redes de sociabilidade estabelecidas pelos moradores de rua para a proteção mútua e a amenização das condições precárias. Também menciona o aumento das pesquisas sobre essa população, embora a variedade de métodos dificulte a comparação dos resultados. A dissertação apresenta o resultado de um censo e perfil da população em situação de rua em Goiânia, realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e analisa indicadores socioeconômicos, como renda, ocupação e escolaridade, buscando compreender a realidade e as situações de fragilidade enfrentadas por essa população. O autor, procura compreender a realidade dos moradores de rua, discutindo conceitos como pobreza, trabalho e exclusão social, e analisando dados para identificar o perfil e as condições enfrentadas por essa população em Goiânia.

Já no trabalho de Melo (2019), *“O processo de constituição do comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento de políticas públicas para população em situação de rua do estado de Goiás: avanços e desafios”*, trata sobre a desigualdade de acesso à riqueza, serviços públicos essenciais e oportunidades na história político-social brasileira, especialmente devido à urbanização desordenada.

Isso resultou em problemas habitacionais, precariedade das relações de trabalho e marginalização de uma parte significativa da população. O desemprego, a pobreza, a fragilização das instituições públicas e a corrupção têm impactado negativamente o desenvolvimento social do país. O conceito de grupos vulneráveis é discutido, referindo-se àqueles que sofrem constantes violações de seus direitos e são considerados invisíveis para a sociedade. A população em situação de rua tem aumentado nas cidades brasileiras, desafiando as ações governamentais e exigindo abordagens intersetoriais e multidimensionais nas políticas públicas. A implementação dessas políticas depende do conhecimento das especificidades desse grupo e de uma abordagem mais abrangente e atualizada.

A pesquisa, segundo Melo (2019), visa melhor compreender a identidade e as demandas dessa população, avaliando os desafios e avanços na construção e implementação de políticas públicas em Goiás. O objetivo é identificar os avanços e desafios no processo de construção do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de Política para População em Situação de Rua do Estado de Goiás, com base na percepção de seus membros. Os Comitês Intersetoriais foram criados para formular, implantar, avaliar e monitorar políticas públicas para a população em situação de rua. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e análise documental qualitativa das falas dos membros do Comitê durante o primeiro ano de atuação. Foram priorizadas as políticas mencionadas pelos membros do Comitê durante o estudo. O Estado de Goiás busca avançar com base em experiências e boas práticas de outros locais, mas enfrenta desafios de falta de dados e conflitos políticos. Conhecer os problemas sociais é fundamental para adotar medidas efetivas para sua solução.

Os resultados apontaram fragilidades no processo, como a falta de dados atualizados sobre a situação da população em situação de rua em Goiás, pouca articulação entre os atores da rede de atendimento, conflitos de interesse e falhas de gestão. No entanto, também foram identificados avanços, como a elaboração de uma proposta para um plano estadual de políticas públicas para a população em situação de rua, similar a um Projeto de Lei. O estudo conclui que apesar das fragilidades enfrentadas, as ações do Comitê têm se desenvolvido de forma mais efetiva, especialmente devido à maior representatividade da população em situação de rua nas reuniões. Essa representatividade é considerada uma ferramenta fundamental para a construção de condições dignas para esse segmento social.

Por fim, a autora Mesquita (2021), em seu trabalho *“Violência com a população de rua: a clínica ampliada como possibilidade de transformação dessa realidade?”*, analisa a violência contra a população em situação de rua em Goiânia, durante o período de 2010 a 2014, marcado por assassinatos e denúncias de extermínio dessas pessoas. O objetivo da pesquisa é compreender a natureza dessa violência, identificar os agentes envolvidos e investigar como a abordagem da Clínica Ampliada contribuiu para lidar com essa situação. A autora desenvolve análise documental e pesquisa exploratória e busca examinar a construção da violência contra a população em situação de rua, incluindo suas causas e reprodução, além de avaliar o impacto das ações da Clínica Ampliada na redução dessa situação.

Mesquita (2021), embora reconheça que a violência estrutural seja a raiz dessas ações, destaca a necessidade de repensar a efetividade das políticas públicas existentes, que são assistencialistas e não abordam os determinantes sociais do processo de saúde/doença, reforçando estigmas, preconceitos e a própria violência. As ações da Clínica Ampliada, analisadas no estudo, são consideradas diretrizes democráticas que devem ser avaliadas, fortalecidas e aprofundadas no âmbito do modelo psicossocial. A pesquisa revela que a violência institucional e social são os principais tipos de violência enfrentados pela população em situação de rua, e que as ações da Clínica Ampliada proporcionaram maior visibilidade e combate às desigualdades por parte do Estado em relação a esse grupo.

Em suma, os estudos e a pesquisa evidenciam que as produções destacam a preocupação com o crescente aumento das violações dos direitos humanos das pessoas em situação de rua em Goiânia, assim como, a alarmante taxa de homicídios contra essas pessoas. São discutidas a história da luta contra a alienação do trabalho e a coisificação das relações, dando voz às pessoas em situação de rua que resistiram ou foram excluídas desse processo. Os estudos analisam as narrativas dessas pessoas e as transformações ocorridas no acesso aos serviços urbanos e às oportunidades de trabalho. São analisadas, ainda, as adversidades enfrentadas pelas mulheres em situação de rua, ressaltando a falta de dignidade que elas vivenciam e a relativização de seus direitos.

Destaca-se a incidência da população em situação de rua nas cidades e a desigualdade presente no desenvolvimento da sociedade e a evolução da população em situação de rua nos municípios goianos, refletindo sobre a manifestação da pobreza urbana nessas localidades. São abordadas questões sociais e o acolhimento



institucional provisório em Goiânia destinado a essa população vulnerável. Outro aspecto analisado é a qualidade de vida da população em situação de rua, investigando os diversos fatores que influenciam essa qualidade de vida. Por fim, são examinadas as vulnerabilidades enfrentadas por essa população em Goiânia, enfatizando a exclusão social e os problemas sociais que contribuem para a perpetuação dessa situação de violência em si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção de conhecimento e formação profissional do Serviço Social tem sido marcado pelo projeto ético político profissional que implica em reconhecimento, consciência e resistência ao identificar as contradições da sociedade capitalista com interferência endógena – internas à profissão – quanto exógenas – externas à profissão – presentes na sociedade. A construção do projeto ético-político do Serviço Social é um processo contínuo e em constante atualização, que exige um olhar crítico sobre suas conquistas, avanços, limitações e desafios em meio às mudanças sociais e políticas ocorridas no país e no mundo.

Para enfrentar as dinâmicas e contradições presentes na sociedade capitalista, é fundamental para o trabalho profissional do assistente social aprofundar um perfil crítico e reflexivo em relação à própria prática, buscando o aperfeiçoamento e aprofundando o seu compromisso com a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso implica em trabalhar nas raízes dos problemas sociais, combater a desigualdade e a exclusão social, e construir coletivamente um projeto de sociedade mais igualitária. Nesse contexto, a relação orgânica entre o teórico e o concreto se faz necessária na análise e apreensão das múltiplas determinações sociais. O profissional ao investir em sua capacidade investigativa, por meio de conteúdos teóricos, técnicos e éticos, pode ultrapassar a imediatividade e superar as aparências, apreendendo a essência da realidade concreta por meio de uma abordagem crítico-dialética, que considera a totalidade dos fenômenos sociais.

Para uma atuação efetiva, é imprescindível reconhecer os elementos históricos e as determinações da realidade que influenciam os limites impostos pela estrutura econômica capitalista. Compreender essa influência é essencial, sendo que para o assistente social significa a capacidade de gerar respostas adequadas e coerentes diante dos desafios sociais. A neutralidade não faz parte da intervenção profissional, e a direção política do trabalho social deve ser respaldada pelo compromisso assumido com o projeto ético-político da profissão. Portanto, o trabalho do assistente social requer uma compreensão crítica da realidade social, uma postura politicamente comprometida para a superação da exploração e antagonismos presentes na sociedade capitalista.

A metodologia Estado da Arte desenvolvida pela pesquisa, permitiu identificar as produções científicas sobre a população em situação de rua na região

metropolitana de Goiânia. A pesquisa contribui para orientar futuras investigações e promover debates que possam gerar mudanças significativas em relação a essa população. A pesquisa revelou que a violência, em suas diversas manifestações, é uma realidade estrutural que afeta a população em situação de rua, desde a violência física à psicológica. Essa violência está enraizada nas desigualdades sociais, na falta de acesso a direitos básicos e na marginalização dessa população. É fundamental que o Estado e a sociedade civil e política trabalhem para reconhecer e erradicar todas as formas de violência contra essas pessoas, garantindo-lhes respeito e dignidade. Para isso, é necessário romper com os estereótipos, olhar além das aparências e reconhecer a diversidade de histórias, trajetórias e potenciais presentes nessa população.

As produções acadêmicas e científicas analisadas abordam diferentes aspectos da população em situação de rua em Goiânia, incluindo violações de direitos humanos, questões de trabalho, dificuldades enfrentadas pelas mulheres nessa situação e análise da evolução dessa população nos municípios goianos. Os estudos analisam as causas da violência, a falta de políticas públicas adequadas, a questão social e a exclusão desses indivíduos. Eles também discutem a importância de repensar o direito, promover a cidadania, considerar as perspectivas das pessoas em situação de rua e adotar abordagens mais humanizadas e inclusivas.

A produção acadêmico-científica desempenha um papel fundamental no enriquecimento das reflexões e no fornecimento de subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que estejam alinhadas com o projeto ético-político da profissão. Diante dessa constatação, a pesquisa destaca também a necessidade de incentivar e fomentar a produção acadêmico-científica na área de Serviço Social sobre a população em situação de rua. Essa iniciativa contribui para ampliar o conhecimento disponível, enriquecer as discussões e subsidiar a elaboração de políticas públicas. Além disso, reforça a importância da pesquisa e da produção de conhecimento no campo do Serviço Social, evidenciando a necessidade de investimento em estudos que abordem de forma aprofundada a temática de pessoas em situação de rua e como essa violência está naturalizada no seio da sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: 1996.
- ALCANTARA, Stefania Carneiro de; ABREU, Desirée Pereira; FARIAS, Alessandra Araújo. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**, Bogotá, v. 24, n. 1, pp. 129-143, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v24n1/v24n1a09.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2023.
- ALMEIDA, Graciely de Jesus. **Questão Social e a população em situação de rua: o acolhimento institucional provisório em Goiânia**. Trabalho de conclusão de curso (TCC). Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Goiânia: PUC Goiás, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4628>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- AZEVEDO, Carla Cristina Silveiro. **O trabalho do assistente social com a população em situação de rua: possibilidades e desafios**. 2021. 61f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/60624>. Acesso em: 15 mai. 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 131-165.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação**. Texto 5. Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/giselle.silva/politica-social-e-seguridade-no-brasil/textos/texto-1-boschetti-seguridade-social/view>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 19 jun. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 abr. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 28 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Rua: aprendendo**

**a contar:** Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

CARVALHO, Aryadne Caetano de. **Violação aos Direitos Humanos:** um estudo da violência contra pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia. Semana de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás: Anais, 2014. Disponível em: [https://www2.pucgoias.edu.br/anais/2014/PDF/Textoscompletos-premio/Premio1\\_violacaoaosdireitoshumanos.pdf](https://www2.pucgoias.edu.br/anais/2014/PDF/Textoscompletos-premio/Premio1_violacaoaosdireitoshumanos.pdf). Acesso em: 20 abr. 2023.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. (Org.). **Construindo o saber:** metodologia científica, fundamentos e técnicas. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1989, p. 13-27.

CNDDH. **Violações contra a população em situação de rua no Brasil** – Relatório de análise dos dados do CNDDH de 2010-2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-portemas/populacao-em-situacao-de-rua/RelatrioFinal2CNDDH.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

DINIZ, Tania Maria R. de Goidoi. **Trabalho profissional na política habitacional:** reflexões necessárias em tempos de valores conservadores. *In:* Trabalho social, territórios e moradia: a construção do direito a cidade/ organização Rosângela Dias Oliveira da Paz, Carola Carbajal Arregui. – São Paulo: Veras Editora, 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BAZARELLO, Raphael Dutra. Movimentos Sociais e Serviço Social: termos do debate. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/9414/7522>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FARIA, Sandra de. MARTINS, Alcina. MIGUEL, Walderez Loureiro. **Formação em Serviço Social:** história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2020.

FERNANDES, Hytalo Kanedo de Lima. **“Meu futuro só Deus sabe”:** as vulnerabilidades da população em situação de rua de Goiânia. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9217>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida Ferreira. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**, nº 79, ago., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *In:* **Revista Ideação**, v.10, n.1, p. 41-62, 1 semestre, Foz do Iguaçu: Unioeste, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GOIÂNIA. **Lei nº 9.778, de 29 de março de 2016.** Dispõe sobre o Plano Municipal de

Atenção à População em Situação de Rua. Diário Oficial do Município de Goiânia. Goiás: Câmara Municipal de Goiânia, 2016. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete\\_civil/sileg/dados/legis/2016/lo\\_20160329\\_000009778.html#:~:text=Art.,Federal%2C%20o%20previsto%20no%20art.](https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2016/lo_20160329_000009778.html#:~:text=Art.,Federal%2C%20o%20previsto%20no%20art.) Acesso em: 10 mai. 2023.

GOIÂNIA. **Decreto nº 514, de 09 de março de 2018.** Institui o Comitê Intersectorial das Políticas para Pessoas em Situação de Rua - Comitê Pop Rua. Diário Oficial do Município de Goiânia. Goiás: 2018. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete\\_civil/sileg/dados/legis/2018/dc\\_20180309\\_000000514.html](https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2018/dc_20180309_000000514.html). Acesso em: 10 mai. 2023.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: Simpósio mineiro de assistentes sociais*, 2007, Belo Horizonte. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.p>. Acesso em: 07 jan. 2023.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** Uma pesquisa sobre as Origens da mudança Cultural. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 115-177.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. DE CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência:** Escravo e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27-96.

LEITE, Isadora Abdalla Machado. **População em situação de rua e a abordagem adotada pelo SUS durante a pandemia da Covid-19:** revisão integrativa. Trabalho de conclusão de curso (TCC). Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Goiânia: PUC Goiás, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/4038>. Acesso em: 05 mai. 2023.

LIMA, Ana Carollyne Dantas de. *et al.* **Alterações sensoriais em respiradores orais:** revisão sistemática baseada no método prisma. Revista Paulista de Pediatria. 2019, v. 37, n. 1, pp. 97-103.

LIMA, Ricardo Barbosa de. DEMBOGURSKI, Lucas Sena de Souza. OLIVEIRA, Dijaci David de. A contraface do mundo do trabalho: narrativas sobre vidas e direitos de pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia. **ORG & DEMO**, Marília, v. 20, n. 2, p. 44-64, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/9324>. Acesso em: 07 mai. 2023.

LUZARDI, Antônia. *et al.* **Enfrentando a Violência:** Educação para a Paz e Direitos Humanos na Formação Profissional. *In: Seminário Latino-Americano de Serviço*

Social, Porto Alegre: 2003.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Ana Luísa de Souza. **O processo de constituição do comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento de políticas públicas para população em situação de rua do estado de Goiás**: avanços e desafios. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás. Pró reitoria de Pós-graduação, Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Goiânia, 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9652>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MESQUITA, Elaine Fernandes da Cunha. **Violência com a população de rua**: a clínica ampliada como possibilidade de transformação dessa realidade?. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Goiânia, 2021. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11557>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 23-26, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a03cv10n1>. Acesso em: 18 mar. 2023.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. **Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas**. Katálysis, Florianópolis, v. 20, n.3, p. 390-399, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9cqrvxrpyXFtmnfgmkjx9wN/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. **Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI**: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17771>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MORO, Maristela Dal; MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília, ano 11, p.13-47, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/xq6259s0wT1UIGG2tBwA.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. 1ª edição. Produto editorial: Nota Técnica. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT\\_Estimativa\\_da\\_Populacao\\_o\\_Publicacao\\_Preliminar.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_o_Publicacao_Preliminar.pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

NECRIVI. **Pop Rua 2019**: Censo e Perfil da população de rua em Goiânia e Pesquisa sobre o trabalho realizado nas ruas de Goiânia: mapeamento do/as trabalhadores/as de rua de Goiânia. Slides. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NETO, Alcides Pereira Soares. **Qualidade de vida de pessoas em situação de rua**

**do Brasil central.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6714>. Acesso em: 02 mai. 2023.

NETO, Otávio Cruz. MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81231999000100004>. Acesso em: 29 jan. 2023.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NONATO, Domingos do Nascimento. RAIOL, Raimundo Wilson Gama. **Pessoas em situação de rua e violência:** entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. *In: Anais do Seminário Direito Penal e Democracia, VI Seminário*, Belém, 2017. Meio Digital. Disponível em: <https://direitopenaledemocracia.ufpa.br/index.php/vi-seminario/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ODALIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Jaqueline Neves de. A evolução da população em situação de rua nos municípios goianos entre 2012 e 2020: uma reflexão sobre a pobreza urbana manifestada nas cidades. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 11, n. 1, p. e111227, 2 jul. 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13186>. Acesso em: 15 abr. 2023.

OLIVEIRA, Rafaela, Barbosa de. **A população em situação de rua e as violências estrutural e institucional:** um desafio para o Serviço Social. *In: V Seminário Internacional de Políticas Públicas, intersetorialidade e família - V SIPINF*, 2021, Porto Alegre, Rio Grande do Sul: PUCRS, 2021. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/41.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PIETRI, Emerson de. O ensino de português no Brasil: as desigualdades da distribuição linguística. **Educação em Revista**, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698180137>. Acesso em: 05 mai. 2023.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Prefeitura reforça cuidados com população em situação de rua.** Goiânia: 2021. Disponível em: [https://www.goiania.go.gov.br/\\_prefeitura-reforca-cuidados-com-populacao-em-situacao-de-rua/](https://www.goiania.go.gov.br/_prefeitura-reforca-cuidados-com-populacao-em-situacao-de-rua/). Acesso em: 02 mai. 2023.

RODRIGUES, Rosilene Maria. **Serviço Social e Educação:** uma aproximação a partir do Estado da Arte. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual



Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138491>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ROSA, Anderson da Silva. BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 275-285, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8T6c9LN8dqCzSJRFyypZDbT/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. **O&S**, Salvador, v.16, n.51, p.629-646, Out./Dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes>. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Thiago Henrique Costa. JORDÃO, Luciana Ramos. FERREIRA, Patrícia Leão. A invisibilidade das mulheres em situação de rua e a relativização dos seus direitos. **Revista Atâtôt**, v. 1, n.2, p. 118-139, jul./dez., 2020. Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/10675> . Acesso em: 26 abr. 2023.

SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila (org.). **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**, 2005. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 188p. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-429888>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. São Paulo: Vozes, 2012.

SHUCH, Patrice. GEHLEN, Ivaldo. SANTOS, Simone Ritta dos (org.). **População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências**. 1 ed. Porto Alegre: CirKula, 2017.

TJDFT. **Violência psicológica contra a mulher**. Direito Fácil. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/violencia-psicologica-contr-a-mulher>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco; CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. As vivências na rua que interferem na saúde: perspectiva da população em situação de rua. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 182-192, jan.-mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Jbg5jB3yFMBQjnyJkcTfy3f/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VIEIRA, Denise da Silva. GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **Pesquisa em Serviço Social**. Uniasselvi: 2016. Disponível em:

<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=22260>. Acesso em: 15 mar. 2023.